



PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Samuel José Cassiano

FOZ DO IGUAÇU

2018



**A DISCUSSÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS COMO UM PROJETO DE
CONSCIENTIZAÇÃO ACERCA DA CIDADANIA.**

Samuel José Cassiano

Projeto de Intervenção apresentado
ao curso de especialização em
Direitos Humanos na América Latina
como requisito para obtenção do
título de especialista.

Orientadora: Dr^a Silvana Aparecida
de Souza

FOZ DO IGUAÇU

2018

SAMUEL JOSÉ CASSIANO

**A DISCUSSÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS COMO UM PROJETO DE
CONSCIENTIZAÇÃO ACERCA DA CIDADANIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Direitos Humanos na América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Silvana Aparecida de Souza (Orientador)
UNIOESTE

Prof. Mestre Ivan Akselrud Seixas
UNILA

Prof. Dr. Fernando José Martins
UNIOESTE

Foz do Iguaçu, 18 de dezembro de 2018.

1. APRESENTAÇÃO

O projeto Democracia e Direitos foi desenvolvido a partir das disciplinas cursadas na especialização em Direitos Humanos na América Latina, ofertada pela Universidade Federal da Integração Latino Americana em parceria com a Universidade do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu. Todavia, a ideia desse projeto de intervenção advém da experiência e ativismo em direitos humanos não só do seu autor, mas também de outras ativistas, como Rosa Maria Barudi de Matos e Tatiana Lopes Silva, em grupos e coletivos de direitos humanos, como o Espaço Iguaçuense da Diversidade LGBT.¹

Trabalhar conceitos de direitos fundamentais, como direito à vida, à moradia digna, à saúde, à educação, à cultura, de liberdade, ao trabalho, entre outros, envolve o exercício pleno da cidadania, algo possível somente em um Estado Democrático de Direitos. Para tanto, o projeto de intervenção abordará a história e o conceito sobre direitos humanos, as conquistas históricas no campo dos direitos, os entraves gerados pelas desigualdades socioeconômicas, a consolidação de políticas públicas na atualidade para efetivação de direitos e o papel da sociedade civil organizada na vida democrática do país.

Esses tópicos se fazem importantes para principalmente informar corretamente as pessoas sobre o que são os direitos humanos, visto ser muito comum as visões distorcidas. Com essa iniciativa, somam-se outras da sociedade civil organizada e de instituições, como as universidades públicas de Foz do Iguaçu, que também tiveram o objetivo de dialogar com a comunidade e promover o debate acerca dos direitos.

2. DIAGNÓSTICO

É nítido que parte da população brasileira tem como discurso que os direitos humanos somente atendem aos que não deveriam tê-los, manifestação essa dentro da lógica “direitos humanos para humanos direitos”, vinculada na grande mídia, principalmente em programas policiaiscos, e em redes sociais de pessoas ou grupos que se apresentam como de direita ou

¹ Pelo menos desde o ano de 2015, durante o estágio supervisionado no Centro de Direitos Humanos, atuação em projetos como o Ponto de Cultura “Cultura da Paz”, nos encontros de organização da Conferência Municipal de Direitos Humanos e Conferência Municipal de Políticas Públicas LGBT e parcerias para promoção de projetos similares.

extrema direita. Recente pesquisa indicou que mais da metade dos brasileiros acham que direitos humanos beneficiam quem não merece. Isso quer dizer que entendem apenas grupos marginalizados como detentores de direitos, confusão essa que acaba gerando um sentimento de aversão aos direitos humanos.² Outras pesquisas de opinião também apresentam um panorama de equívocos. 57% das pessoas entrevistadas pelo Datafolha eram favoráveis a pena de morte.³ Outros 87% eram favoráveis a redução da maioria penal, medida esta que não tem fundamento algum que indique qualquer melhora na segurança pública.⁴

Nesse sentido, intervir nesse público levando informações confiáveis sobre a origem dos direitos humanos e quais são esses direitos gera a superação do preconceito contra os direitos humanos – e, contra os ativistas também. Outrossim, a falta de conhecimento, ou, a deturpação da informação, correspondem ao problema identificado que visamos superar através de um projeto de educomunicação em direitos humanos.

3. JUSTIFICATIVA

Conforme dissemos, existe na sociedade brasileira um processo de deturpação das informações relacionadas aos direitos humanos, o que vem, inclusive, se acentuando devido a proliferação das *fake news*, isto é, das notícias falsas. Além do discurso de que “direitos humanos só se preocupam com bandidos”, temos também a ação de *fake news* lançando mentiras sobre o trabalho e a vida pessoal dos ativistas dos direitos humanos.

Um exemplo notório e recente foi a tentativa de destruição da reputação da ativista dos direitos humanos e vereadora Marielle Franco, do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) do município do Rio de Janeiro. A vereadora foi assassinada no exercício do seu mandato no início de 2018, dias após denunciar a ação de milicianos. Logo após o assassinato de Marielle, foram divulgadas *fake news* relacionando a vereadora ao tráfico, o que foi desmentido. Dessa forma, além

² <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45138048> Acesso: 17/08/2018. A pesquisa pode ser consultada em inglês no endereço: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-07/human-rights-in-2018-ipsos-global-advisor.pdf> Acesso: 27/08/2018.

³ <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1948659-apoio-a-pena-de-morte-bate-recorde-entre-brasileiros-aponta-o-datafolha.shtml> Acesso: 18/12/2018.

⁴ <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/04/1620652-87-dos-brasileiros-sao-a-favor-da-reducao-da-maioridade-penal.shtml> Acesso: 18/12/2018.

de existir um discurso que visa desinformar a sociedade, há também uma ação coordenada de criminalizar o trabalho dos ativistas sociais.⁵

É por persistir a desinformação, que se faz necessário um projeto de educação em direitos humanos, com informações precisas que levem a reflexão sobre a importância da valorização e do respeito aos direitos humanos na vida das pessoas, conscientizando-as acerca do exercício pleno de sua cidadania.

4. OBJETIVOS

GERAL

O objetivo geral desse projeto de intervenção é a promoção dos direitos humanos através de recursos pedagógicos, visando colaborar com informação e conscientização os participantes e beneficiários.

ESPECÍFICOS

- 1) Fomentar a reflexão entre os(as) participantes sobre os Direitos Humanos, gerando informações que desfaçam *mitos do senso comum* e deturpações de que direitos humanos são somente “direitos de bandidos” ou para “humanos direitos”.
2. Conscientizar e sensibilizar as pessoas para o fim da xenofobia, do racismo, da intolerância religiosa, do *bullying*, da LGBTfobia, da violência contra a mulher, etc.
3. Debater questões fundamentais dos Direitos Humanos, como a democracia, os direitos da criança e do adolescente, a liberdade de expressão e de comunicação, direitos trabalhistas, direito à educação pública de qualidade, direitos das pessoas com deficiência, da pessoa idosa, ao meio ambiente dentre outros.
4. Ampliar o debate pós-oficina, para que os(as) participantes reconheçam-se como agentes para *difundir e repassar* os conteúdos e temáticas das Oficinas.

5. REFERENCIAL TEÓRICO.

⁵ Carta Capital. <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/como-a-criminalizacao-do-ativismo-enfraquece-a-democracia>

O desgaste da Ditadura Militar é acompanhado pelo crescimento das lutas populares por direitos e pela volta da democracia no país. Adorno (2008) identifica esse período como “emergência dos direitos humanos.” Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o Brasil tornava-se um Estado Democrático de Direito, após um longo período de graves violações de direitos por parte do governo dos militares. Em 1992 o Brasil aderiu à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), celebrada em 1969, em mais uma demonstração do comprometimento com a agenda política que envolvia a defesa e promoção dos direitos humanos à todas as pessoas. Retornando aos movimentos sociais, a sociedade passava a organizar-se também em torno das pautas agora assumidas pelo Estado. Todavia, reconhecemos as limitações para a efetivação plena dos direitos humanos no Brasil.⁶

A promoção de uma cultura de paz que leve em consideração a promoção da igualdade étnico racial e as condições dos sujeitos em situação de vulnerabilidade é uma política que deve ser integrada aos textos legais e aos planos políticos pedagógicos, pois somente neste sentido é possível falar numa promoção real da pacificação social.

Scremin (2014) aponta que, a partir do 1º Congresso internacional de Educação, que ocorreu na França em 1921, quando se fundou a Liga Internacional da Escola nova, iniciando-se a discussão sobre a importância de uma educação mais humana e menos individualista, pode-se dizer que a educação começa a participar do entendimento conceitual sobre a paz, mesmo que embora, num primeiro momento, como mediadora de conflito, para somente depois assumir um papel importante, na promoção da aceitação das diferenças e da igualdade.⁷

Para o autor, também representou um marco a década de 60 com o avanço da mobilização dos movimentos sociais do terceiro Mundo, com ênfase na pedagogia libertadora de Paulo Freire (1921-1997), notadamente por suas construções na Pedagogia do Oprimido.⁸

Acrescenta Scremin (2014), que Montessori também contribuiu para construção de um conceito mais concreto e real da paz na pedagogia escolar, ao esclarecer que o conceito de paz tido como uma vitória no pós guerra, trata-se de um ‘mal entendido’ acerca do princípio da paz, devendo o

⁶ ADORNO, Sérgio. “Direitos Humanos”. In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo & BRANDÃO, Gildo Marçal (orgs.). *A Constituição de 1988 na Vida Brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores/ANPOCS, 2008.

⁷ SCREMIN, Rafael Tretin. **Cultura da paz e educação**: simbolismo, racionalidade, práxis. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2014

⁸ Ibidem, p.70.

conceito de paz abranger um embasamento teórico que perpassa o âmbito escolar e tenha continuidade em outros seguimentos sociais, que permita manter o sujeito consciente da brutalidade que representa toda forma de violência.⁹

Emerge desse contexto, a importância de oficinas de educomunicação que promovam a ampliação do entendimento das desigualdades étnico raciais pela perspectiva dos atingidos, suas consequências no âmbito sócio-político-cultural nacional, levando-se em consideração o contexto real histórico e atual no qual o racismo é concebido e praticado no Brasil e no mundo.

6. METODOLOGIA

A metodologia a ser empregada no presente projeto se dará através de oficinas pedagógicas de educomunicação, que se apresentam como um espaço coletivo para a troca mútua de conhecimentos e experiências. O facilitador a ministrar os conteúdos das oficinas utilizar-se-á de equipamentos didáticos, como recursos imagéticos, fílmicos e textuais (apropriados para a faixa etária e segundo o estabelecido em comum acordo com a direção da escola), através de slides e projetor, para expor os temas que serão abordados nas oficinas, permitindo que o momento seguinte seja o da discussão e reflexão coletiva. O espaço será organizado com as cadeiras dispostas em círculo, em oposição ao método do “enfileiramento”. A discussão se dará na forma de rodas de conversa:

característica de permitir que os participantes expressem, concomitantemente, suas impressões, conceitos, opiniões e concepções sobre o tema proposto, assim como permite trabalhar reflexivamente as manifestações apresentadas pelo grupo.¹⁰

Além dos círculos, haverá atividades dinâmicas como: encenação de um episódio que reflita sobre um dos conteúdos/temáticas; simulação de um Tribunal dos Direitos Humanos e de uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas; dinâmicas que promovam a interação e comunicação entre os(as) participantes. Dessa forma, serão ofertadas três oficinas no Centro de Convivência Francisco Buba, na região do Porto Meira, em Foz do Iguaçu, com uma temática por

⁹ Ibidem, p.73.

¹⁰ MELO, Marcia Cristina Henares de, CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. *Imagens da Educação*, volume 4, nº 2, 2014, p.32. Disponível em: www.periodicos.uem.br Acesso: 26/09/2018.

semana, ser realizada uma oficina com o tempo de duração de 1 (uma) hora e trinta minutos, no período a ser definido conjuntamente pela direção da instituição e pela equipe do projeto.

A oficina terá como capacidade máxima o número de 20 pessoas, com faixa etária específica (turmas para crianças, adolescentes, adultos em geral ou idosos). Exemplo de dinâmica para refletir como o racismo é um problema estrutural no Brasil é a “Caminhada Geracional”. Nessa dinâmica, alguns participantes deverão permanecer em uma das extremidades da sala. Cada passo irá representar uma etapa de suas vidas. A caminhada tem início no Período Colonial, quando a escravização de pessoas negras e indígenas era permitida. Nessa etapa, poderão dar um passo para a frente os participantes brancos, pois são livres. O segundo passo representará as condições financeiras e somente os participantes brancos novamente poderão caminhar. O terceiro passo representa a oportunidade de estudo: somente os participantes brancos homens poderão dar um novo passo, enquanto participantes negros, indígenas e mulheres não poderão, em virtude do artigo 69 do Decreto 1.331-A (17/02/1854).

A Dinâmica continuará com a troca de geração: os participantes serão “substituídos” por seus filhos a partir do local onde estão. Os filhos de participantes brancos darão dois novos passos representando o estudo que lhes permitiu formação, uma profissão e a aquisição de uma casa e uma vida estável. Os filhos dos demais participantes poderão dar um passo em virtude da Lei Áurea (fazer a leitura da Lei), porém, não poderão avançar mais do que isso, pois não tiveram condições de estudo e não terão empregos e estabilidade adequada. Os participantes novamente serão “substituídos” por seus netos a partir do local onde estão. Nos novos passos, os participantes homens poderão dar novos passos representando conquistas profissionais, enquanto que as participantes mulheres não poderão caminhar, representando situação de discriminação (ter filhos pequenos e não ser contratada na entrevista de emprego, por exemplo). Os exemplos devem se suceder até que um dos participantes atinja a outra extremidade da sala, simbolizando sua “vitória” na sociedade. A dinâmica permitirá refletir as desigualdades sociais e econômicas e como elas causam impactos na vida das pessoas por várias gerações. Serve também para refletir se a meritocracia é um sistema realmente funcional para uma sociedade como a brasileira.

Todas as oficinas contarão com um plano de aula. Após a aplicação do projeto será distribuída uma avaliação para os participantes, a qual será composta de uma folha impressa com orientação para que o participante escreva uma palavra que represente seu sentimento a partir das

atividades desenvolvidas na oficina, podendo escolher entre os conceitos Regular, Bom, Muito bom e Excelente.

7. RECURSOS

Recursos	Aplicação	Disponibilidade
Facilitador ou “oficineiro”	Responsável pelas oficinas	Voluntariado / ativismo
Projektor multimídia	Projeção de fílmicos e slides com conteúdo pedagógico	Parcerias para empréstimo
Material de expediente (folhas, canetas, tesoura, cola	Oficinas e dinâmicas	Parcerias para doação

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO PARA

Atividade prevista	Fev.	março	abril	maio	junho
Planejamento pedagógico e logístico (material, recursos, local, etc)	X				
Desenvolvimento do projeto (encontros semanais fixos)		X	X	X	
Avaliação (relatório sobre a demanda social, quantitativo e descritivo)					X

9. DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO, IMPACTO E A DISCUSSÃO DOS RESULTADO

A primeira atividade prática do projeto foi desenvolvida no Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) de Foz do Iguaçu, no dia 06 de setembro de 2018, consistindo em duas horas de oficina com o tema “História dos Direitos Humanos”. O público foi em sua maioria mulheres idosas, totalizando 18 participantes. Mais da metade das pessoas não haviam concluído o ensino regular, sendo esta uma dificuldade que exigiu adaptação do projeto, uma vez que parte

dos beneficiários do projeto não possuíam conhecimento sobre os tópicos que foram apresentados e discutidos, como a revolução francesa, a origem do nazismo e a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O início da atividade se deu com um breve diálogo entre os presentes, que deveriam responder à pergunta: “O que são direitos humanos?”. Praticamente todos direcionaram respostas como “são os direitos de nós humanos”, porém, houve respostas que indicavam ser os direitos dos “bandidos” e “de quem estava na cadeia”, ou seja, as pessoas ali presentes não se reconheceram como sujeitos de direitos.

Após o diálogo inicial, em slides foram apresentadas informações e imagens que puderam ser compreendidas como um fato histórico da humanidade e pertencente à trajetória dos direitos humanos. A exposição didática da história dos direitos humanos teve uma duração de aproximadamente vinte minutos. A cada slide uma informação nova acompanhada de uma imagem histórica para aproximar os participantes da temática. Foram utilizadas imagens feita por Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas no início do século XIX, retratando aspectos da escravidão de negros e de indígenas, fotografias do início do século XX representando manifestações de mulheres pelo voto feminino no Brasil e fotografias dos campos de concentração nazistas durante a segunda guerra mundial.

Uma senhora participante embora sem ter estudado sobre o nazismo no ensino regular, pediu a palavra para contribuir com o debate. Quando o assunto era a perseguição aos judeus, aos ciganos, aos homossexuais, as prostitutas e as pessoas com deficiência pelo nazismo e que havia a crença de raça superior, a “raça ariana”, a senhora em questão disse que seus avôs e pais, imigrantes alemães, lhe contaram que “havia uma guerra e que matavam todos que não fossem iguais ao ‘padrão’ deles”. A colocação foi interessante, pois foi possível ver uma narrativa presente dentre os participantes da oficina que havia testemunhado esse episódio histórico.

Posteriormente à apresentação didática, abriu-se um debate, onde todos os participantes puderam fazer suas intervenções sobre direitos humanos, sendo que agora reconheciam a si próprios como sujeitos de direitos, no plural, ou seja, vários direitos. Os participantes expuseram em suas falas temas como: a) direito das mulheres ao trabalho nas mesmas condições que um homem; b) acesso à saúde através do Sistema Único de Saúde para todas as pessoas, mesmo as que não tivessem condições de pagar; c) morar em uma casa com estrutura adequada; d) participar de atividades culturais, esportivas e de lazer em geral; e) escolas públicas com estrutura e ensino

de qualidade para as crianças e os adolescentes dos bairros; f) direito à aposentadoria; g) todos deveriam ter garantidas as refeições, mesmo aqueles que não tivessem dinheiro para pagá-las.¹¹

Assim, o debate ocupou a maior parte do tempo da oficina e resultaram em constatações acerca das violações dos direitos humanos, uma vez que muitos vivenciavam demora e precariedade no atendimento à saúde no SUS, bairros com infraestrutura precária, e um caso relatado de dificuldade em comprovar tempo de trabalho na zona rural para se aposentar. Adentrou-se então em mais uma reflexão sobre os direitos: instituições que garantiam esses direitos e os mecanismos para acioná-los. Portanto, foram comentados sobre a Constituição Federal de 1988, estabelecendo um regime democrático de direitos no Brasil, o Estatuto da Pessoa Idosa, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Defensoria Pública e, no âmbito internacional, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

Com essas instituições garantidoras de direitos, os participantes puderam compreender que em comparação ao passado, quando não haviam direitos humanos, hoje, existiam não só os direitos humanos devidamente reconhecidos em declarações, tratados e na constituição, mas também instituições que visavam efetivá-los e denunciá-los quando não cumpridos. Houve ainda uma reflexão sobre a foto que registrava mulheres no início do século XX lutando pelo direito ao voto, no sentido de que o direito à participação política era negado para as mulheres e elas então iniciaram um movimento de reivindicação e luta para conquistá-lo. E, que, apesar de tantos avanços nas últimas décadas, ainda havia muito o que avançar para os direitos humanos fossem efetivos para todas as pessoas. Nesse processo de compreensão sobre a história dos direitos humanos e o que eles eram, os participantes ao final da oficina estavam cientes de que, não só as pessoas que estavam reclusas tinham direito, mas elas também, assim como, o direito humanos significam tudo o que viviam no dia a dia, do alimento ao teto e que, por serem universais, aplicavam-se à todas as pessoas, independentemente de sua condição financeira, do país que habitavam, do seu sexo ou sua idade, bastando ser humano para reivindicar tais direitos.

No momento do encerramento da atividade, com as considerações finais dos participantes, houveram falas que avaliaram a oficina como importante, pois passaram a entender o que eram

¹¹ Elencamos as falas conforme expressadas pelos participantes. O debate abordou questões como: direitos das mulheres, direito à saúde, direito à educação, direito à cultura, ao esporte e ao lazer e direitos previdenciários.

esses direitos humanos e, principalmente, que todas as pessoas têm direito a ter esses direitos. Nesse sentido, o projeto cumpriu com o seu objetivo, de informar e de conscientizar pessoas sobre os direitos humanos, vencendo as habituais distorções apresentados em programas policiais e nas redes sociais. Os participantes ainda se sentiram no dever de levar a informação adiante, isto é, informar corretamente outras pessoas que não sabem o que realmente são os direitos humanos e acabam comprando a visão distorcida deles.

Registro da atividade no CREAS:

